



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

DANIELA BIANCA DA SILVA VALVERDE

**A CARTA DAS MULHERES BRASILEIRAS À ASSEMBLEIA
CONSTITUINTE 1987/1988: OS MOVIMENTOS DE MULHERES E A
REDEMOCRATIZAÇÃO**

Brasília

2014

DANIELA BIANCA DA SILVA VALVERDE

**A CARTA DAS MULHERES BRASILEIRAS À ASSEMBLEIA
CONSTITUINTE 1987/1988: OS MOVIMENTOS DE MULHERES E A
REDEMOCRATIZAÇÃO**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário
de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-
requisito para obtenção de Certificado de
Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato
Sensu* em História Sociedade e Cidadania

Orientador: Prof. MSc. Raquel Boing
Marinucci

Brasília
2014

DANIELA BIANCA DA SILVA VALVERDE

**A CARTA DAS MULHERES BRASILEIRAS À ASSEMBLEIA
CONSTITUINTE 1987/1988: OS MOVIMENTOS DE MULHERES E A
REDEMOCRATIZAÇÃO**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu* História
Sociedade e Cidadania

Orientador: Prof. MSc. Raquel Boing
Marinucci

Brasília, 11 de maio de 2015.

Banca Examinadora

Prof.^a Msc. Raquel Boing Marinucci

Prof.^a Dra. Tânia Cristina da Silva Cruz

RESUMO

Esta monografia busca demonstrar em que medida o teor da Carta Constitucional de 1988 reflete os anseios dos movimentos organizados de mulheres que atuavam à época da Assembleia Nacional Constituinte 1987/1988. Busca, ainda, avaliar a constituição das mulheres enquanto sujeitos políticos a partir da mobilização nos movimentos e demonstrar a relação entre estes movimentos e a instituição de políticas públicas. A metodologia utilizada consistiu na análise da *Carta das Mulheres Brasileiras à Assembleia Constituinte*, das emendas aprovadas para apresentação à Assembleia Constituinte e da Constituição de 1988. A título de conclusão, o texto visibiliza a participação política das mulheres na transição democrática brasileira. Demonstra também que as mulheres, mobilizadas em movimentos sociais, obtiveram, de forma inédita, um expressivo avanço em seus direitos de cidadania. Apresenta, ainda, conclusões a respeito do papel da consciência de gênero para a constituição de determinados grupamentos de mulheres enquanto sujeitos políticos. Por fim, expõe as ambiguidades decorrentes da heterogeneidade do grupo de mulheres que atuou na Assembleia Nacional Constituinte, o que influenciou nos resultados concretizados no novo texto Constitucional.

Palavras-chave: Mulheres. Redemocratização. Brasil. Participação popular. Gênero.

ABSTRACT

This dissertation focus women's political participation in the period of Brazilian transition to democracy. The National Constituent Assembly of 1987/1988 is a landmark in the Brazilian re-democratization process, which was supported by civil society. Women were engaged in social movements and they had an remarkable advance in their rights as citizens. The dissertation shows the importance of women's rights councils as formal structures which collaborated significantly to the success in the campaign for women's entitlements. This study highlights the creation of the Charter of the Brazilian Women to the Constituent Assembly, which focused the demands of all Brazilian women. At last, the dissertation states conclusions about the role of gender to constitute specific female groups as political activists, from different social cantles. Furthermore, it also brings out ambiguities resulted from diverse female groups which acted in the National Constituent Assembly and influenced in the Brazilian Federal Constitution of 1988.

Key words: Women. Re-democratization. Brazil. Popular participation. Gender.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. MULHERES EM MOVIMENTO: ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	11
1.1. Participação política e consciência de gênero	11
1.2. Teoria dos Movimentos Sociais.....	14
1.3. Movimentos de mulheres, movimentos feministas	16
1.4. A não homogeneidade dos movimentos ou a invisibilidade das mulheres negras	18
2. MOVIMENTOS DE MULHERES E A REDEMOCRATIZAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	20
2.1. Os Conselhos: a institucionalização do movimento feminista.....	24
2.2. <i>Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher</i> : a campanha	26
3. A CARTA DAS MULHERES BRASILEIRAS À ASSEMBLEIA CONSTITUINTE	29
3.1. As emendas populares	31
3.2. Emenda nr. 19	32
3.3. Emenda nr. 20	33
3.4. Emenda nr. 23	33
3.5. Emenda nr. 65	34
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS.....	40
ANEXO A – Carta das Mulheres Brasileiras à Assembleia Constituinte	42
ANEXO B – A proposta.....	47

INTRODUÇÃO

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988, que culminou com a promulgação da chamada Constituição Cidadã – Constituição Federal de 1988 – constitui um marco no processo de redemocratização do Brasil. A elaboração da primeira Constituição do Brasil pós-ditadura militar contou com a expressiva participação da sociedade civil organizada em movimentos sociais, desde a pressão pela instituição da Assembleia Constituinte até a apresentação de emendas populares.

Neste trabalho, procuraremos, à luz de alguns pressupostos teóricos, discutir a atuação de grupamentos de mulheres organizadas em movimentos para a garantia de seus direitos. Demonstraremos que a consciência de gênero cumpriu um papel importante na constituição de algumas mulheres enquanto sujeitos políticos. Enquanto *atrizes sociais* garantiram, por meio da participação política, que quase oitenta por cento de suas demandas fossem incluídas na nova Carta.

Por fim, evidenciaremos que os movimentos de mulheres que atuaram nas campanhas pró-Constituinte e na Assembleia Nacional eram heterogêneos, o que trouxe à tona algumas questões irreconciliáveis e estabeleceu algumas hierarquias, no momento da escolha dos temas que comporiam a proposta apresentada aos legisladores.

A monografia está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo serão discutidos os conceitos teóricos que serviram de esteio para o desenvolvimento do texto. Em seguida, serão apresentadas, em linhas gerais, as principais vertentes explicativas dos movimentos sociais. Um tópico será dedicado à distinção entre *movimento feminista* e *movimento de mulheres*, essencial para a melhor compreensão das conquistas garantidas e também das negociações frustradas no processo de elaboração da nova Constituição.

O segundo capítulo se destina à contextualização histórica da participação política das mulheres no Brasil e, mais detidamente, sobre aspectos do processo de redemocratização, tais como a criação de Conselhos, a atuação dos movimentos de

mulheres e os temas que compuseram o texto das emendas apresentadas pela bancada feminina no Congresso.

O terceiro capítulo contempla uma análise da *Carta das Mulheres Brasileiras à Assembleia Constituinte*, para buscarmos demonstrar em que medida o teor do texto reflete os anseios dos movimentos organizados de mulheres que atuavam à época da construção do documento.

Por fim, na conclusão, apresento algumas reflexões acerca da participação política das mulheres no processo de redemocratização e suas consequências para a cidadania das mulheres brasileiras.

1. MULHERES EM MOVIMENTO: ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A Assembleia Constituinte de 1987/1988 é um dos exemplos mais bem sucedidos da participação de alguns grupamentos de mulheres no processo democrático. Procuraremos demonstrar que os resultados positivos da atuação dessas mulheres, enquanto sujeitos políticos, só foram possíveis a partir do desenvolvimento da consciência de fazerem parte de uma identidade coletiva aliada de certos direitos de cidadania. Evidenciaremos, ainda, que a não homogeneidade do grupo de mulheres participantes do processo constituinte trouxe à tona os dissensos decorrentes das realidades distintas daquelas que, aparentemente, possuíam objetivos comuns.

1.1. Participação política e consciência de gênero

A análise da atuação de mulheres nas esferas de poder para garantia de direitos de cidadania passa pela compreensão da sua constituição enquanto sujeitos políticos. A participação política, por sua vez, é viabilizada a partir do desenvolvimento da consciência de gênero, ou seja, do reconhecimento, a partir das práticas sociais, da existência, que culmina em desigualdade, de diferentes experiências vividas pelos diversos sujeitos.

É o que nos mostra Salete Silva (2012), ao conceituar *consciência de gênero* como

o processo de transformação da desigualdade em consciência, isto é, o surgimento do entendimento das desigualdades vividas pelos sujeitos sociais, no caso, as mulheres [...] A tomada de consciência de gênero se dá mediante um processo coletivo que deve acontecer no contexto das relações de gênero, e que se materializa nas práticas sociais. Portanto, consciência e identidade se articulam como os dois lados de uma mesma moeda, pois constantemente se interdependem. (SILVA, 2012, p. 102).

As práticas sociais usualmente encontram-se intrincadas às relações estabelecidas entre os gêneros. Estas relações demarcam os limites, a natureza e o espaço das ações dos homens e das mulheres, destinando, a uns, tudo que se refere ao espaço público, e a outras, as atividades reservadas aos espaços

privados. O público e o privado, contudo, não existem de forma independente, influenciando-se mutuamente.

A dicotomia público-privado, base do pensamento liberal, encerra no conceito de público tudo que diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política. A crítica a este pensamento viabilizou emergência de assuntos da esfera privada na esfera pública e a percepção de certos grupamentos de mulheres enquanto sujeitos políticos portadores de direitos.

Carole Pateman (2005) defende que a politização de assuntos da esfera privada

chamou a atenção das mulheres sobre a maneira sobre como somos levadas a contemplar a vida pessoal em termos pessoais, como se se tratasse de uma questão de capacidade ou de sorte individual [...] As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas sobre fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de “esposa”, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas. (apud COSTA, 2005, p. 02).

A consciência da desigualdade, a partir das Revoluções Francesa e Inglesa, promoveu mudanças importantes nas relações entre os indivíduos e os poderes públicos, como a possibilidade do “povo” ser considerado sujeito político. Contudo, durante muito tempo os ideais de igualdade não atingiram as mulheres, sob o argumento de uma pretensa inferioridade, justificativa para que as confinassem aos espaços domésticos (PINSKY, 2008) ¹.

O feminismo, ao propor a transformação das relações de gênero, promoveu uma ruptura na suposta predestinação feminina à esfera privada. Com existência própria dotada de autonomia e direitos, podemos, então, identificar mulheres exercendo um papel na consolidação da democracia, como porta-vozes das suas próprias necessidades junto às esferas formais de poder. A partir disso, abrem-se as possibilidades de se constituírem como portadoras de direitos de cidadania. (AVILA, 2009, p.01).

¹Cabe ressaltar que a desigualdade atingia – e atinge – de modo específico as mulheres negras e de camadas pobres da sociedade. Mulheres negras não estavam confinadas aos espaços da casa, salvo como trabalhadoras domésticas, mas inseridas nos processos produtivos, como mão de obra desvalorizada.

Ao nos referirmos à cidadania, valemo-nos do conceito clássico proposto por T.H. Marshall . Para o autor, a cidadania é constituída por três categorias de direitos: civis, políticos e sociais. Nas suas palavras,

o elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça [...] Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo [...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito ao mínimo de bem estar social, econômico e segurança ao direito de participa, por completo, da herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.²

A consolidação da cidadania passa pela participação política e pela ação coletiva. Estas, por sua vez, são construídas em grande medida no bojo dos movimentos sociais, aí incluídos os *movimentos de mulheres* e *movimentos feministas*³. Estes movimentos, protagonizados por *atores coletivos*, desempenharam um papel decisivo na apresentação, na Assembleia Constituinte, das demandas que diziam respeito a vários segmentos da sociedade e também às mulheres, como será detalhado no segundo capítulo. O conceito de *ator coletivo* proposto por Melucci nos mostra que a sua atuação só é possível porque as pessoas que assumem este papel “são capazes de definir-se e de definir sua relação com o ambiente (outros atores, recursos disponíveis, possibilidades e obstáculos).” (MELUCCI, 2001, p. 46).

As integrantes de movimentos sociais, portanto, atuaram na condição de *atrizes sociais* junto às esferas formais de poder, de forma organizada e a partir de negociações nos próprios movimentos. Vale destacar que a relevância deste conceito também se deve ao fato de alertar para a heterogeneidade dos sujeitos que atuam nos movimentos. Este aspecto é determinante nos movimentos de mulheres. Vistos de fora pra dentro, os movimentos demonstram certa unicidade estratégica, de objetivos e de atores. Contudo, sua conformação passa por tensões internas, e avançam no sucesso da sua empreitada na medida em que as negociações entre os mais diversos atores são bem sucedidas. (MELUCCI, 2001).

² MARSHALL, 2002, p. 09. Texto originalmente publicado em 1949, em Cambridge.

³ A distinção entre movimentos de mulheres e movimentos feministas será abordada mais detidamente, mais adiante.

1.2. Teoria dos Movimentos Sociais

De um modo geral, os movimentos sociais ganharam visibilidade enquanto fenômenos históricos a partir dos anos 1960 em alguns países da Europa e dos Estados Unidos, no auge da Guerra Fria, e nos países latinos que viviam sob ditaduras militares. O contexto do pós-guerra trouxe à tona mobilizações por direitos distintos das questões de classe, tais como movimentos por direitos civis, feminismo, pacifismo, ambientalismo. Mobilizaram milhares de pessoas e não visavam, necessariamente, a reforma política. A sua análise teórica não cabia, por exemplo, no marxismo, nem nas teorias de desmobilização política que vigoravam até os anos 1960.

O argumento disseminado nessas teorias, segundo Angela Alonso (2009), era que

o individualismo exacerbado da sociedade moderna teria produzido personalidades narcísicas, voltadas para a autossatisfação e de costas para a política. Dado o caráter cômodo da dominação no capitalismo tardio ou na sociedade de massa, operada via consumo e afinada com o padrão dominante de individuação, a mobilização coletiva eclodiria apenas como irracionalidade ou, conforme Smelser, como explosão reativa de frustrações individuais, que as instituições momentaneamente não logriam canalizar. (ALONSO, 2009, p. 50).

Angela Alonso propõe que, neste cenário de intensas mobilizações, três correntes explicativas surgiram e se destacaram, a partir dos anos 1970, ambicionando dar conta das análises destes recentes fenômenos sociais: a *Teoria da Mobilização de Recursos*, a *Teoria do Processo Político* e a *Teoria dos Novos Movimentos Sociais*.

A Teoria da Mobilização de Recursos avaliava os movimentos sociais igualando-os como um fenômeno social qualquer, com ênfase numa burocratização e racionalização das estruturas do movimento. As outras duas, por sua vez, além de questionarem a ideia de sujeito histórico universal, construíram explicações macro históricas que repeliam a economia como chave explicativa e combinavam política e cultura na explicação dos movimentos sociais. (ALONSO, 2009, p. 53-54).

Um dos teóricos da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, Alain Touraine, propôs novas formas de análise dos movimentos sociais que foram largamente acessadas pelos estudiosos do sul do Equador. Direccionou seus estudos para a

América Latina e embasou muitas análises referentes ao período da redemocratização, na medida em que serviu de esteio para explicar o surgimento de novos atores sociais nas periferias dos grandes centros urbanos ao longo dos anos 1980.

No presente estudo, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais parece ser aquela capaz de oferecer os elementos necessários para a análise da atuação dos movimentos de mulheres no contexto da Assembleia Constituinte de 1987/1988. Guardando certas similaridades com a Teoria do Processo Político, se singulariza ao produzir uma interpretação cultural para os Movimentos Sociais. Segundo Alonso (2009),

Alain Touraine distingue dois padrões de sociedade, aos quais corresponderiam dois tipos de movimento. A sociedade industrial [...] [em que] os conflitos produtivos predominariam e os atores das mobilizações seriam os trabalhadores industriais [...] Após os anos 1960 teria se configurado um novo padrão de sociedade, que Touraine, inicialmente, chama de “sociedade programada” e depois de “sociedade pós-industrial”, na qual a indústria e o trabalho teria perdido centralidade [...] Técnica e cultura passariam a interpenetrar-se, as distinções entre o mundo público e privado teriam se nublado, fazendo com que os conflitos, antes restritos ao plano econômico, avançassem para a vida privada (família, educação, sexo) e ganhassem dimensões simbólicas. (ALONSO, 2009, p. 59-60).

A emergência das questões do cotidiano por via de novos movimentos sociais na sociedade pós-industrial impôs novas perguntas aos teóricos. Novos conceitos foram forjados numa tentativa de contemplar fenômenos descolados das motivações exclusivas das lutas de classes. As sociedades complexas, cuja base é composta por uma integração de estruturas econômicas, políticas e culturais, exigem uma intervenção crescente nas relações sociais, nos sistemas simbólicos e na identidade individual.

Melucci apresenta ferramentas teóricas para a interpretação de fenômenos emergentes nesse contexto. Ele propunha, para os movimentos sociais, que estes deveriam ser examinados como *sistemas de ação*, valorizando o que eles dizem de si mesmos. É nisso que se baseia sua crítica às teorias estruturais, que procuravam explicar *por que*, mas não *como* um movimento se estabelece e se mantém.

Detenhamo-nos ao exemplo dos movimentos de mulheres. A própria emergência do movimento já nos sugere uma ruptura do *status quo*. Ao se manifestarem em relação a questões intimamente relacionadas às suas vivências cotidianas, as mulheres romperam um silêncio que lhes é continuamente imposto; se

deslocaram para um lugar de fala usualmente acessado pelos homens; ousaram demandar, nas esferas formais, a alteração de condições de subordinação que, de tão perenes, estavam naturalizadas.

É o que nos ensina Melucci (1989), ao afirmar que

o meio, o próprio movimento como um novo meio, é a mensagem. Como profetas sem encantamento, os movimentos contemporâneos praticam no presente a mudança pela qual eles estão lutando: eles redefinem o significado da ação social para o conjunto da sociedade [...] O modelo delineado sugere que, paradoxalmente, os movimentos são tanto vencedores como não-vencedores: porque o desafio afeta os códigos culturais, a mera existência de um movimento é uma reversão dos sistemas simbólicos dominantes. (MELUCCI, 1989, p. 62-63).

Os movimentos de mulheres trazem à tona o fato de que existe uma diferença entre *ser homem* e *ser mulher*, em se tratando de direitos de cidadania. O reconhecimento dessa diferença seria, então, o primeiro passo rumo à igualdade, uma das mais profundas necessidades da sociedade pós-industrial. O mérito dos movimentos de mulheres não necessariamente se encerra nas conquistas efetivas das demandas apresentadas. Ao serem discutidas nos espaços políticos, já constituem um avanço, pois saem da invisibilidade.

1.3. Movimentos de mulheres, movimentos feministas

Existe uma distinção entre *movimento de mulheres* e *movimento feminista* que precisa ser destacada, em especial, neste trabalho, tendo em vista que a conformação do grupo que atuou na Assembleia Nacional Constituinte compunha-se de mulheres oriundas dos mais diversos movimentos, sem, necessariamente, todas apresentarem demandas ou discursos alinhados com o pensamento feminista.

Salete Silva (2011) conceitua didaticamente os dois movimentos, a saber:

O **movimento de mulheres** constitui uma das modalidades dos novos movimentos sociais e é considerado como um movimento que congrega tanto grupos feministas propriamente ditos como “movimentos femininos”, tais como clube de mães, associações de bairros e grupos de mulheres articulados em sindicatos, partidos políticos, entidades religiosas, dentre outras agremiações.

O **movimento feminista**, por seu turno, congrega mulheres (e homens também), defensores de mudanças nas relações sociais de gênero, liberando as mulheres do jugo das hierarquias e desigualdades entre os sexos. Este movimento tem um caráter assumidamente político e se preocupa com a teorização de suas ações e proposições, visando

conquistar a equidade de gêneros, especialmente através da participação feminina em todos os espaços sociais. (SILVA, 2011, p. 52).

Enquanto o movimento feminista aponta questões ligadas à emancipação das mulheres e transformação da sociedade em suas relações de gênero, os movimentos de mulheres trazem demandas ligadas à melhoria por condições de vida, como transporte público, saúde, saneamento básico. Entendemos que essa distinção é interessante para o presente estudo, na medida em que ratifica o caráter não homogêneo dos movimentos de mulheres, incluídos aí os movimentos feministas, que também se constroem e se reinventam a partir de suas especificidades.

Ainda que os movimentos de mulheres não necessariamente se constituam como movimentos feministas, ao transformarem o cotidiano em espaço de sentido e de resistência, alteram os limites da ação política, que deixa de ser vista como algo inerente apenas aos espaços públicos.

Descobre-se, assim, o valor e o significado da resistência cotidiana como patrimônio da experiência feminina. A família foi, e ainda é, em grande medida, o espaço do cotidiano, o tempo mais típico da história das mulheres, símbolo dos ritmos do nascimento e da morte, do amor e do sofrimento. Um tempo lento, quase igual a si mesmo, frito pela repetição de dias e gestos, um tempo de muitos silêncios e poucas palavras. É nesse tempo, repetitivo e quase natural, que as mulheres começam a redefinir os sinais de seu oposto, da mudança, da ação feminina portadora de sentido. E descobrem assim, traços da identidade feminina que podem silenciosamente se tornar palavras, enquanto o cotidiano se revela não mais manipulação e opressão, mas espaço de sentido. (MELUCCI, 2001, p. 106).

A distinção entre os movimentos de mulheres e os movimentos feministas se torna muitas vezes difícil de destacar, uma vez que em grande medida as bandeiras são as mesmas, com diferenças somente na forma com que são apresentados os objetivos. Todavia, enquanto os movimentos feministas se caracterizam por um discurso acadêmico e almejam a emancipação das mulheres, os movimentos de mulheres reclamam direitos relacionados às condições de vida, sem necessariamente questionarem a opressão em razão da hierarquia de gêneros na sociedade, mote dos discursos feministas desde os seus primórdios.

As intersecções de raça e de classe, contudo, sobressaem as diferenças entre as mulheres que integram estes movimentos. Nos anos 1970, Lélia Gonzalez, uma das principais militantes negras feministas, denunciava o atraso político dos movimentos feministas brasileiros, liderado por mulheres brancas de classe média, e propunha *enegrecer o feminismo*. Isso só foi possível a partir da inclusão, não sem conflito,

das questões específicas das mulheres negras na pauta feminista, como resultado do avanço das lutas do próprio movimento negro. (BARRETO, 2007, p. 461).

A demarcação entre os dois tipos de movimentos e dessas realidades distintas se impõe ao longo da análise da atuação dos grupos de mulheres na Assembleia Nacional Constituinte. Na medida em que se apresentaram questões irreconciliáveis, regras imperaram no momento de definir o que prioritariamente constaria das propostas e o que não era tido como uma questão de emancipação feminina, desconsiderando, assim, as especificidades das mulheres. Distinguir os movimentos, portanto, é algo que não pode ser descartado, sob pena de fecharmos os olhos para as relações de poder tensionadas que se estabeleceram.

1.4.A não homogeneidade dos movimentos ou a invisibilidade das mulheres negras

O movimento feminista tradicional durante muito tempo desconsiderou que as opressões das mulheres negras não são as mesmas das mulheres brancas. Do mesmo modo que outros movimentos sociais progressistas da sociedade, o que imperava era uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. Isso resultou na incapacidade de reconhecer as diferenças, e, portanto, na permanência de determinados grupos de mulheres no silêncio e na invisibilidade. (CARNEIRO, 2003).

Bell Hooks, a esse respeito, observa que “muitas mulheres diriam (...) que o feminismo pertence às mulheres brancas; elas criaram-no como uma forma de análise, que só tem em conta as suas experiências. Não devemos, portanto, envolver-nos com ele (...)” (apud COSTA, 2009, p. 352). Sueli Costa, por sua vez, aponta que a crítica a esse modo de fazer história reside no fato de os saberes produzidos organizarem um conhecimento histórico voltado para uma única direção, definindo o que deve e o que não deve ser incorporado, omitindo as experiências das mulheres de cor. (COSTA, 2009)

Veremos que essa parcialidade delineou as ações do movimento feminista ao longo das décadas de 1970 e 1980 no Brasil. A resistência à interseccionalidade das questões de gênero e raça levou ao tratamento parcial das mazelas que atingiam em grande medida muito mais as mulheres negras. Só a partir dos anos 1990 este

debate ganhou visibilidade, restando, contudo, muito a se construir. O mérito da emergência dessa discussão foi devido, em grande medida, à atuação do movimento negro e ao diálogo com segmentos do movimento feminista que procuraram romper com essa defasagem. (NEPOMUCENO, 2013, p. 400)

Mas não sem conflito se deu esse diálogo. Segundo Bebel Nepomuceno, inicialmente as ativistas negras foram acusadas de fragmentar tanto a luta feminista quanto a luta contra a discriminação racial. Lélia Gonzalez (apud BARRETO, 2007), a esse respeito, comenta que era definida como

criadora de caso, porque elas não conseguiram me cooptar. No interior do movimento, havia um discurso estabelecido em relação às mulheres negras, um estereótipo. As mulheres negras são agressivas, são criadoras de caso, não dá pra gente dialogar com elas etc. E eu me enquadrei legal nessa perspectiva aí, porque para elas a mulher negra tinha que ser, antes de tudo, uma feminista de quatro costados, preocupada com as questões que elas estavam colocando. (BARRETO, 2007, p. 461).

As feministas oriundas do movimento negro denunciavam, ainda, que as melhorias econômicas alcançadas pelas mulheres brancas nos anos 1970 e início dos anos 1980, além de não contemplarem as mulheres negras, foram obtidas à custa da exploração das mulheres negras como domésticas. (BARRETO, 2007, p. 461).

Em particular, no contexto da Assembleia Nacional Constituinte, veremos como as demandas das mulheres pertencentes às camadas populares, usualmente negras e pardas, ficaram sub-representadas. Elas, que eram porta vozes das carências de suas comunidades, impactadas pela falta de acesso a serviços básicos como transporte, creches, postos de saúde, não conseguiram angariar o apoio necessário para que seus anseios se convertessem em propostas concretas aos legisladores.

No próximo capítulo, será apresentada uma contextualização histórica da atuação dos movimentos de mulheres no processo de redemocratização, que envolveu campanhas, criação de Conselhos, proposição de emendas e culminou com a promulgação da nova Constituição.

2. MOVIMENTOS DE MULHERES E A REDEMOCRATIZAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88 foi um dos eventos mais significativos do período da redemocratização do Brasil, e contou com a participação de integrantes de diversos movimentos sociais. Dentre estes movimentos, destacamos aqueles protagonizados por mulheres, que se organizaram em torno de problemas comuns à maioria delas e apresentaram, por meio da *Carta das Mulheres Brasileiras à Assembleia Constituinte*, um conjunto de demandas a serem contempladas na nova Carta Constitucional.

A bancada feminina no Congresso, porta voz dessas mulheres, viabilizou a inclusão de aproximadamente 80% das demandas apresentadas no texto da Constituição. Este foi o exemplo mais exitoso da história da participação política das mulheres no Brasil, que se inicia, de forma organizada, com o movimento sufragista no final do século XIX.

A história da participação política das mulheres se confunde com a própria história do feminismo. Para falar brevemente sobre a trajetória desses movimentos, utilizaremos a categorização do movimento feminista em *ondas*, que é amplamente empregada na literatura acadêmica. O movimento sufragista é definido como a sua *primeira onda*. Protagonizado por Bertha Lutz, tinha caráter liberal e conservador, com foco na garantia dos direitos civis ou, mais especificamente, no direito ao voto. Iniciada em meados do século XIX, teve seu ponto de inflexão a partir dos anos 1930, quando foi garantido na Constituição de 1934 o direito às mulheres de votar e de serem votadas.⁴

Alguns movimentos de mulheres contra a carestia ocorreram nos anos 1940 a 1960, sem necessariamente apresentarem caráter emancipatório. Estes movimentos, gestados entre as classes médias e populares, demandavam os poderes públicos, a partir da condição de dona-de-casa, esposa e mãe, a solução de

⁴ Vale destacar uma outra voz isolada que questionava, na mesma época, a opressão feminina em outros patamares, a anarquista Maria Lacerda de Moura. Nas suas palavras, o problema humano, no seu caráter social, é um problema sexual. E a solução só pode ser encontrada na liberdade sexual, na maternidade consciente [...] donde se conclui a necessidade imprescindível de educação sexual a fim de que se capacite de que não é a filantropia, não é caridade, não é a instrução superior nem o direito de voto e nem são os direitos civis e nem é o esporte, nem o mundanismo elegante ou sacrifício inútil da castidade absoluta que resolverão os problemas humanos, ou os problemas individuais. (apud LOBO, 1991, P. 216)

problemas do cotidiano, relacionados, por exemplo, ao saneamento básico, à saúde e à carestia. Com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, essas organizações mantiveram-se até os anos 1970 por toda a América Latina.⁵ (PINTO, 2003, p. 43).

Um aspecto relevante para a cidadania das mulheres, ocorrido nesse período de refração do movimento feminista, foi a aprovação do Estatuto da Mulher Casada. Romy Medeiros, em 1949, cria o Conselho Nacional de Mulheres, que foi bastante atuante para a aprovação da Lei em 1962. A regulamentação mudou, ao menos formalmente, a condição das mulheres nas relações conjugais. Antes da aprovação do Estatuto, as mulheres tinham o exercício de sua cidadania controlado pelos maridos, que podiam, por exemplo, negar-lhes permissão para trabalhar. (PINTO, 2003).

Outros exemplos de atuação organizada de mulheres na década de 1940 foram as organizações criadas sob a orientação do Partido Comunista brasileiro. A União Feminina e o Comitê de Mulheres pela Anistia em 1945 surgiram para atender à política de “frente popular” estabelecida pela Terceira Internacional de 1935. (COSTA, 2005).

A *segunda onda* do movimento feminista se iniciaria nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na Europa, com alcance mundial nos países ocidentais. A esse respeito, Céli Pinto (2003) comenta sobre o cenário propício:

[havia] toda a efervescência política e cultural que essas regiões do mundo experimentaram na época, quando se formou um caldo de cultura propício para o surgimento de movimentos sociais. A derrubada de dois grandes mitos foi central no cenário desses acontecimentos: nos Estados Unidos, a Guerra da Coreia e, principalmente, a Guerra do Vietnã foram responsáveis pelo fim do sonho americanizado no american way of life [...] Na Europa, o mito que começa a cair na década de 1960 diz respeito a um outro sonho, o sonho da revolução socialista liderada por uma vanguarda representada pelos partidos comunistas inspirados nas experiências do Leste Europeu. (PINTO, 2003, p. 41-42).

Por outro lado, no Brasil, se instaurava a ditadura militar, inaugurando um período de cassação de direitos políticos, torturas, censura e exílio. Com tudo isso, no final da década de 1960 o movimento se desenvolve, com forte atuação, nesse primeiro momento, dos movimentos de mulheres que já vinham ocorrendo ao longo

⁵ Um exemplo foi a passeata da *Panela Vazia*, organizada pelo Partido Comunista em 1953, e que contou com a participação de quase 60 mil pessoas.

da década, mas, sobretudo, ligado às esquerdas que se mobilizavam contra a ditadura.

O movimento pela anistia, fundado em São Paulo, exerceu um papel relevante, na década de 1970, no enfrentamento dos problemas relacionados às esquerdas. A princípio, o objetivo era discutir a situação dos presos e exilados políticos, mas com o tempo a situação das mulheres passou a ser objeto de discussão, redundando na criação de um jornal, o *Brasil Mulher*. (COSTA, 1989, p. 108).

A relação entre as feministas e a militância de esquerda era marcada por ambiguidades, pois a esquerda entendia que a emancipação das mulheres era um assunto secundário, que se resolveria após as questões de classe. Os relatos abaixo expressam bem essa questão:

Todas no Centro da Mulher Brasileira se diziam feministas, mas defendiam um feminismo diferente daquele dos países subdesenvolvidos: aqui, tratava-se de lutar pela causa das outras mulheres, de salvar as operárias, cuja causa era mais importante do que a nossa, já que tínhamos comida, casa e instrução. Era engraçado, tinha até gente que saía vomitando se se falasse em aborto; não se podia falar em problemas pessoais, todas se diziam bem e felizes, quem tinha problemas eram as operárias, as outras mulheres, uma total dissintonia com a realidade. (relato de uma militante do Centro da Mulher Brasileira. PINTO, 2003, p. 59).

Exemplar da relação das mulheres exiladas com o feminismo é a história do Grupo Latino-Americano de Mulheres, fundado por uma ex-militante comunista auto-exilada em Paris, Danda Prado, em 1972 [...] a relação do grupo com os exilados brasileiros do sexo masculino foi muito tensa, chegando ao extremo de a Frente de Brasileiros no Exílio ameaçar retirar o apoio financeiro às famílias cujas mulheres frequentassem essas reuniões. (PINTO, 2003, p. 53).

A estruturação do discurso e do movimento feminista de forma mais autônoma das questões relacionadas à esquerda só aconteceria mais adiante, no decorrer da década de 1970 e de forma mais consolidada nos anos 1980. Nesse momento, a ideia de autonomia do movimento em relação ao Estado seria o eixo norteador, mas também existia a preocupação em relação às parcerias firmadas com outras instituições e partidos.

A reforma partidária (1979) redundou na fragmentação da oposição. Assim como diversos grupos que se agrupavam sob a sigla do MBD, também as feministas se dividiram entre os recém-formados PMDB e PT. Nesse momento, as chamadas *institucionalizadas* viram a oportunidade, com a ocupação de cargos eletivos, de concretização das metas a partir da instituição de políticas públicas. As

autonomistas ⁶, por sua vez, defendiam que a atuação deveria ocorrer a partir das estruturas dos próprios movimentos, espaço adequado para se relacionar com o Estado numa perspectiva de oposição, pois entendiam que assumir postos no governo era um sinal de cooptação. (PINTO, 2003).

A partir de 1975, definido pela ONU como *Ano Internacional da Mulher*, há de um modo geral, o reaparecimento do debate feminista no cenário político, na forma das questões relacionadas ao aborto, à violência sexual, à contracepção e outras questões mais ligadas ao trabalho formal. Na visão das *autonomistas*, a apropriação destes assuntos pela esquerda constituía uma tentativa de esvaziamento do movimento de mulheres das suas questões específicas, o que era agravado pela institucionalização do movimento. ⁷ (LOBO, 2011).

O debate entre *autonomistas* e *institucionalizadas* promove uma reflexão acerca do papel do Estado. Nas sociedades democráticas, se pressupõe que todos os indivíduos tenham seus direitos de cidadania garantidos pelo Estado. Isso não invalida a atuação dos movimentos, pelo contrário; é no tensionamento entre o Estado e a sociedade civil organizada que historicamente vimos construídos grande parte dos direitos civis, políticos e sociais.

No contexto do Brasil pós-ditadura, é importante destacarmos que a própria participação política formal nas instituições constitui, por si mesma, um avanço. Este ganho se sobressai ainda mais quando refletimos especificamente sobre a condição das mulheres. Há que se destacar também que o espaço conquistado nas estruturas governamentais do PMDB por outros movimentos sociais, de uma forma geral, também apresentaram os mesmos pontos de dissenso no que se refere aos ganhos e perdas decorrentes do processo de institucionalização. (MOTTA, 2007).

A institucionalização do movimento feminista foi, no contexto de redemocratização, uma oportunidade singular de colocar em prática um dos preceitos fundamentais do feminismo, que é a politização do privado. Questões tidas como de foro *pessoal* sempre estiveram, de algum modo, regida pelas leis e controladas pelo Estado, a exemplo da violência sexual, do aborto, dos cuidados com as crianças, do status de *esposa*. A ação política formal seria, assim, a via

⁶ A oposição entre *autônomas* e *institucionalizadas* dominou os debates feministas por pelo menos duas décadas. A questão ganhou força com o fim do regime de exceção.

⁷ A respeito da submissão da luta das mulheres ao Estado, Lobo cita como exemplo episódio envolvendo o movimento por creches em São Paulo. As propostas do movimento foram abandonadas em favor de uma política privatizante para a rede de creches, e parte do movimento foi desarticulada para apoiar a proposta do governo. (LOBO, 1991, p. 228).

possível para resolução dos problemas afetos à esfera privada, e, portanto, às mulheres.⁸

Para melhor elucidarmos essa linha de raciocínio, destacamos o exemplo da violência doméstica. A partir do momento em que este assunto passou a ser objeto de discussão pelo Estado, foi viabilizada a implementação de políticas públicas que promovessem a integridade física das mulheres vítimas de seus parceiros. A partir da instituição das Delegacias da Mulher, tem início o processo de visibilidade da violência doméstica, trazendo o assunto para o foro do Estado. O processo culminou com a promulgação da Lei Maria da Penha, incontestável avanço, ainda que carente de aperfeiçoamento para resultados mais eficazes.

A institucionalização do movimento feminista tem seu ápice na criação dos Conselhos dos Direitos da Mulher, que veremos mais detidamente no próximo tópico. Os Conselhos se constituíram como espaços de pressão junto ao Estado para que o cumprimento de seu papel de assegurar os direitos de cidadania a todas as brasileiras.

2.1. Os Conselhos: a institucionalização do movimento feminista

A criação de Conselhos durante o período da redemocratização foi significativa das mudanças conjunturais pelas quais o país passava, em termos de ampliação de direitos de cidadania e de consolidação da democracia. Os Conselhos emergiram de instrumentos de participação popular utilizados pela sociedade civil e se tornaram elementos constitutivos das estruturas do Estado democrático nascente.

Surgidos inicialmente em nível estadual, mais especificamente em São Paulo, se ampliam para todo o país, colocando em prática o discurso da participação popular na construção da democracia. Serviram de base para as ações desenvolvidas como um todo na Constituinte, se configurando como canais de diálogo entre os movimentos sociais e os legisladores. A partir de diversas campanhas nacionais para mobilização da sociedade civil, organizaram as proposições, mediante acolhimento de assinaturas em abaixo assinados.

⁸ PATEMAN, apud COSTA, 2005.

No que diz respeito às mulheres, são fundados os Conselhos dos Direitos da Mulher em alguns estados e cidades⁹, e mais adiante o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Em nível nacional, surge o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), a partir de uma articulação entre as feministas do PMDB e o presidente Tancredo Neves, no processo de transição democrática. Foi o resultado de uma mobilização que começou com a campanha das *Diretas Já*, quando foi instituído o *Movimento de Mulheres pelas Diretas Já*. Criado junto ao Ministério da Justiça, com orçamento próprio, tendo sua presidenta status de ministra, era composto por 17 conselheiras nomeadas pelo ministro da Justiça, por um Conselho Técnico e por uma Secretaria Executiva.

O Conselho tinha por objetivo elaborar e propor políticas para as mulheres, e a sua criação era defendida pela parcela das feministas que havia lutado pela redemocratização e via seu partido assumir governos estaduais, indo buscar espaços para a defesa de suas causas. O outro grupo, aliado ao PT, tendia a opor-se à institucionalização, tanto porque ela decretava no momento sua própria exclusão como por uma visão mais radical e autonomista do movimento. (PINTO, 2003, p. 69).

A criação dos Conselhos dos Direitos da Mulher é entendida como a consolidação da institucionalização do movimento, já desarticulado com a ida de parte das militâncias para os partidos. Para Elisabeth Lobo, a partir de então, as práticas autônomas vão cada vez mais se reduzindo e a polarização dentro do movimento se intensifica. (LOBO, 2011, p. 227). Ana Alice Costa (2005), por sua vez, entende que

o CNDM, de fato, se transformou em um organismo estatal responsável por elaborar e propor políticas especiais para as mulheres, e, contrariando o temor de muitas feministas, se destacou na luta pelo fortalecimento e respeito à autonomia do movimento de mulheres, o que lhe garantiu o reconhecimento de toda a sociedade. (COSTA, 2005, p. 17).

De fato, entre 1985 e 1989, apesar dos dissensos, a institucionalização se consolidou. O CNDM tratou, junto ao Estado, de quase todas as bandeiras feministas, tendo na sua atuação junto à Assembleia Nacional Constituinte o exemplo de mais bem sucedida intervenção, atuando de forma a unificar as

⁹ O primeiro Conselho criado foi o Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo.

demandas de todos os movimentos e convertê-las numa pauta nacional.¹⁰ (PINTO, 2003, p. 72). Podemos afirmar, portanto, que em grande medida, as conquistas alçadas pelas mulheres não atingiriam o êxito desejado sem esse movimento da militância para as estruturas formais de poder.

2.2. Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher: a campanha

Em 1985 foi dado início em todo o país à campanha por uma nova Constituição. Esse movimento foi acompanhando pelos movimentos de mulheres organizados em associações de bairro e também pelas organizações feministas, que viram nesse momento uma oportunidade de colocar em pauta as questões relacionadas às mulheres. Diversos encontros em todo país começaram a acontecer para priorizar quais demandas, dentre as que já vinham sendo apresentadas aos poderes públicos, comporiam a pauta nacional.

Moema Viezzer, em entrevista a Salete Silva, afirma que “o pontapé inicial foi dado no 1.º Encontro Nacional de Educação Popular e Movimentos de Mulheres, realizado em Piracicaba (SP) em novembro de 1985, convocado pela Rede Mulher de Educação.” Ana Alice Costa, por sua vez, informa que o lançamento da campanha nacional em favor da participação das mulheres na Constituinte foi realizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, juntamente com o movimento feminista autônomo e outras organizações de mulheres em todo o país. (SILVA, 2011, p. 132).

De todo modo, este era um momento em que fervilhavam as atuações dos grupos organizados, articulados em torno da oportunidade inédita de participar do processo de redemocratização e de negociar avanços na cidadania das mulheres. Contudo, em termos de participação política formal e, portanto, de usufruto de direitos políticos, ainda havia muito que avançar. Isto pode ser atestado, por exemplo, na conformação da Câmara dos Deputados em 1985.

¹⁰ O texto da *Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte* se refere ao CNDM como um organismo agregador das demandas das mulheres em todo o país: O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em novembro de 1985, lançou a campanha MULHER E CONSTITUINTE. Desde então, o CNDM percorreu o país, ouviu as mulheres brasileiras e ampliou os canais de comunicação entre o movimento social e os mecanismos de decisão política, buscando fontes de inspiração para a nova legalidade que se quer agora. Nessa campanha, uma certeza consolidou-se: CONSTITUINTE PRA VALER TEM QUE TER PALAVRA DE MULHER. Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz e à vez na vida pública, mas implica ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar.

Para a legislatura 1986-1990, a Câmara era composta apenas por 26 mulheres (5,7% da Casa). Céli Pinto alerta, ainda, que o recrutamento ocorria segundo os moldes clássicos: famílias de políticos, popularidade adquirida nos meios de comunicação, história partidária. (PINTO, 2003, p. 72-73). Apesar do número reduzido, a bancada “tomou corpo”, como comenta lárís Cortês (apud SILVA, 2011):

Não era raro uma deputada atravessar a Esplanada para discutir no Conselho esta ou aquela proposta [...] O clima não permitia uma hierarquização de poder [...] todas, feministas históricas, parlamentares, técnicas do CNDM e mulheres do movimento eram apenas mulheres em busca de uma vitória. (apud SILVA, 2011, p. 225).

Este relato demonstra que, apesar das divergências em relação a certos pontos, havia um sentimento de *identidade coletiva* entre as mulheres que compunham o “lobby do batom”¹¹, que suplantava possíveis entraves decorrentes das questões irreconciliáveis, a exemplo do aborto. Obstáculos comuns a todas, como, por exemplo, os problemas relacionados às estruturas físicas do Congresso, viabilizaram um clima de solidariedade. Os relatos abaixo ratificam esse entendimento:

A primeira questão foi a luta pelos banheiros, por incrível que possa parecer. Terminou que se estabeleceu um acordo pelo qual as mulheres ficariam no anexo 4 para garantir que teriam banheiro dentro do plenário, foi feita uma reforma na Câmara para garantir o banheiro feminino ali. Foi uma luta um tanto cultural, surda, para que a compreensão da presença das mulheres não fosse apenas um enfeite. (Relato de Lídice da Mata. SILVA, 2011, p. 203)

Tivemos que nos unir, enquanto mulheres, em torno de nossa causa, de nossas bandeiras, porque as estruturas, tanto do parlamento como dos partidos eram – e ainda são – masculinas, então a gente atuou mesmo foi suprapartidariamente, somando forças, tentando superar nossa pequenez numérica [...] e enfrentamos muitas dificuldades, todas nós, ali dentro. Mas nunca fraquejamos, a união de todas e o trabalho conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos d Mulher foi decisivo para o nosso trabalho. (Relato de Ana Maria Rattes. SILVA, AAAA, p. 202).

A bancada feminina da Assembleia Nacional Constituinte, nasceu, portanto, em um espaço privilegiadamente masculino, amalgamada pelo sentimento de identidade e de solidariedade feminina. O chamado “lobby do batom” obteve a aprovação de 80% de suas demandas. As deputadas, independentemente de sua filiação partidária, apresentaram, em bloco, suas propostas, considerada uma novidade em termos de participação política.

As propostas apresentadas tiveram como fonte a *Carta das Mulheres Brasileiras à Assembleia Constituinte*, documento que buscou compilar as demandas das

¹¹ A expressão, cunhada inicialmente de forma pejorativa, foi incorporada pela bancada feminina, segundo relatos de algumas participantes, em entrevista a Salete Silva (2011).

mulheres de diversos segmentos. No próximo capítulo, discorreremos sobre a elaboração do documento e sua relevância no processo de redemocratização.

3. A CARTA DAS MULHERES BRASILEIRAS À ASSEMBLEIA CONSTITUINTE¹²

A elaboração de cartas, manifestos, abaixo assinados e outros documentos similares para apresentação de necessidades da sociedade civil era inviável no regime de exceção, marcado pela censura e pela repressão a tudo que pudesse abalar os alicerces dos governos estabelecidos por intermédio do golpe militar. Com a redemocratização, a ideologia da participação política da sociedade civil na reconstrução das estruturas democráticas do país propiciou o surgimento de diversos instrumentos e grupos de pressão para apresentação de demandas ao Estado.

A *Carta das Mulheres Brasileiras à Assembleia Constituinte* representa um dentre vários documentos elaborados à época, graças a uma conjuntura política propícia, com o intuito de apresentar os anseios dos movimentos sociais aos constituintes e assim viabilizar a inclusão de direitos no texto da nova Carta Constitucional.

Segundo Céli Pinto (2003)

A “Carta das Mulheres”, promovida pelo CNDM, mas de autoria de um conjunto muito amplo de mulheres chamadas a Brasília, foi o documento mais completo e abrangente produzido na época, e possivelmente um dos mais importantes elaborados pelo feminismo brasileiro contemporâneo. Está dividida em duas partes, a primeira propõe uma agenda que ultrapassa em muito os limites dos interesses corporativos das mulheres. Isso era especialmente importante por se tratar de uma intervenção a partir de um grupo de representava interesses de um movimento social tem específico. O documento defendia a justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde, o ensino público e gratuito em todos os níveis, autonomia sindical, reforma agrária, reforma tributária, negociação da dívida externa, entre outras propostas. Na segunda parte, o documento detalhava as demandas em relação aos direitos da mulher no que se referia a trabalho, saúde, direitos de propriedade, sociedade conjugal, entre outros. (PINTO, 2003, p. 75)

O discurso presente na *Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte* demonstra um canal entre os movimentos sociais e as instâncias de poder de modo a fazer valer e garantir os direitos de cidadania. Está presente também, de forma emblemática, no slogan da campanha, o poder da palavra das mulheres ao propor mudanças na nova Constituição, apresentando o protagonismo de uma categoria que quase nunca teve voz.

¹² A Carta, na íntegra, bem como as propostas que foram encaminhadas à bancada, em linguagem jurídica, estão nos Anexos A e B deste trabalho.

A *Carta* foi entregue ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulisses Guimarães, no dia 26 de março de 1987, num ato histórico que teve grande repercussão na mídia. O documento contempla, em linhas gerais, as demandas históricas das mulheres brasileiras, que já vinham sendo objeto de atuação de grupos.

Ao longo da década de 1980, ao lado de ações mais políticas, tais como partidarização e institucionalização do movimento, grupos autônomos organizados se firmaram em torno de temáticas como violência e saúde, abundantemente presentes no conteúdo da Carta. A jurisprudência nacional do período corroborava com o confinamento da questão da violência aos espaços privados, ao mesmo tempo em que cunhava o direito ao homem de matar em defesa da honra.

Contudo, crimes contra a mulher envolvendo pessoas públicas motivaram feministas a encampar protestos com o objetivo de mobilizar a sociedade para a condenação dos assassinos. Foi o caso do assassinato de Angela Diniz pelo companheiro Doca Street e da repercussão do assassinato da cantora Eliane de Grammond pelo marido, Lindomar Castilho. (SILVA, 2012, p. 113).

Nesse cenário em que as mulheres passaram a se ver como vítimas da violência motivada pelo gênero, começaram a ser criadas, a partir dos movimentos autônomos, as primeiras organizações não governamentais de apoio à mulher vítima de violência. A primeira delas foi o SOS Mulher Rio de Janeiro.

Em 1985 é criada a primeira delegacia da mulher. Ainda que não tenha se constituído como uma iniciativa que promovesse uma redução drástica dos índices de violência, pode ser considerada bem sucedida, na medida em que verificamos a expansão, em 07 anos, para 141 unidades em todo o país. Cabe destacar que essa iniciativa corroborava com o entendimento de que era necessário negociar com o Estado, inclusive a partir das suas próprias estruturas internas, para garantir direitos básicos de cidadania.

Em relação ao tema da saúde, ao analisarmos a proposta (texto formatado em linguagem jurídica) efetivamente encaminhada à bancada feminina, verificamos a exclusão de temas polêmicos, que constavam da *Carta*, a exemplo do aborto. Por outro lado, questões ligadas ao planejamento familiar, que era também um tema polêmico, constaram do texto que foi submetido à Assembleia Constituinte.

A controvérsia do planejamento familiar se dava na medida em que, se isso parecia um direito para as mulheres intelectualizadas de classe média, tomava ares

de política pública conservadora quando o alvo eram as camadas populares, como era o caso das políticas implementadas pelo BEMFAM. (PINTO, 2003, p. 83). Sueli Carneiro observa que, dentro das políticas de planejamento familiar, o acentuado número de mulheres de baixa renda que passaram por esterilização foi alvo de campanhas das feministas negras. (CARNEIRO, 2005, p. 124).

Do mesmo modo que a *Carta das Mulheres Brasileiras à Assembleia Constituinte* traduziu, em grande medida, as demandas dos principais movimentos de mulheres e do movimento feminista, as emendas populares, por sua vez, desnudaram as disputas existentes dentre as mulheres que atuaram ao longo de todo o processo que culminou com a nova Constituição. Senão vejamos.

3.1. As emendas populares

As emendas populares constituíram um mecanismo de participação popular amplamente utilizado pela sociedade civil organizada em movimentos sociais, para encaminhamento das demandas à Assembleia Nacional Constituinte. Instrumento exemplar de processos democráticos, a sua utilização estava prevista no Regimento Interno. Totalizaram 122 emendas, contendo 12.265.854 assinaturas (eram necessárias no mínimo 30 mil). Destas, 04 tratavam dos direitos das mulheres, sendo 03 delas promovidas por associações feministas. Juntas, conseguiram 243.068 assinaturas.

Segundo Salete Silva (2011),

A oportunidade de apresentar emendas populares na Assembleia Constituinte [...] foi construída, em conjunto, tanto pela insistência de parlamentares comprometidas/os com a participação do povo, como pela pressão dos movimentos sociais. Para estes últimos, portanto, tal ocasião foi encarada como mais uma importante possibilidade de exercício da democracia participativa, na qual a sociedade brasileira, e especialmente sua parcela feminina, se fez presente, apresentando e discutindo diversas propostas neste espaço deliberativo. (SILVA, 2011, p. 244).

Elencamos as quatro emendas apresentadas na Assembleia Nacional Constituinte e que continham demandas relacionadas às mulheres:

3.2. Emenda nr. 19¹³

Foi promovida por associações de bairro, das quais se destacam a *Federação das Associações de Bairro de Salvador*, a *Associação de Moradores de Plataforma* e a *Associação de Moradores de Cosme de Farias*. Tratava da proposta de aposentadoria das donas de casa. Das quatro emendas apresentadas, foi a que obteve mais assinaturas (em torno de 100 mil). Apesar disso, não foi incorporada pela bancada feminina.

A não inclusão da emenda na proposta final se deu sob a justificativa da impossibilidade orçamentária. Antonia Garcia, militante do movimento de bairros de Salvador, e fundadora da Associação de Moradores de Plataforma, em entrevista a Salete Silva (2011), pondera:

Esta era uma questão importantíssima para as mulheres das camadas populares (...), porém não tinha tanta ressonância entre as feministas brasileiras, até porque, para estas a aposentadoria da dona de casa era algo complicado (...) Na verdade, este tema foi um divisor de águas com o feminismo. Mas não é as que as feministas fossem contrárias a que as mulheres, isto é, as donas de casa, tivessem seus direitos. O problema é que elas falam assim: com isto nós vamos estimular mais as mulheres para ficarem em casa. Ou seja, elas temiam que as mulheres não pudessem se emancipar, que isto reforçasse a questão da mulher não poder exercer outras atividades, fora de casa, etc. (...) mas o movimento de bairro, de mulheres populares, achava que não, que ao contrário, as mulheres terem a garantia estatal de alguma autonomia ia ajuda-las a sair de casa, a se sentir mais libertas do jugo masculino (...) a gente pensava: será que até na velhice temos que ficar subordinada, sabe? Aí a gente caiu em campo, a gente apresentou nossa realidade, que não era novidade para ninguém, mas que tinha que ser colocada, tinha que ser discutida, a gente levou para a sociedade nossa luta, e saíamos atrás das assinaturas (...) e não tinham quem não assinasse, sabe? Todo mundo acha justo. (SILVA, 2011, p. 246-247).

O relato contribui para demonstrar a heterogeneidade do movimento de mulheres atuantes no processo constituinte, e lança luz sobre as tensões relativas aos interesses de classe que se apresentavam. Demonstra, ainda, que as mulheres oriundas de associações de bairro, que aqui denominamos amplamente *movimentos de mulheres*, exerceram papel de *atrizes coletivas*, mediante a participação política nos espaços de poder formais, e da promoção de estratégias de negociação com as feministas. Ainda que, naquele momento, não tenham conseguido o êxito

¹³ Em linguagem técnico-legislativa, esta emenda, constante dos anexos desta tese, estabelecia o seguinte: "Acrescenta, onde couber, artigo à Seção II, Capítulo II, do Título IX (Da Ordem Social), do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, com a seguinte redação. Art. – Fica assegurada a Aposentadoria das Donas-de-casa, que poderão contribuir para a Seguridade Social." (apud SILVA, 2011, p. 247).

pretendido, promoveram uma ruptura simbólica, ao darem voz, em escala nacional, às necessidades silenciadas das mulheres oriundas de camadas populares.

3.3. Emenda nr. 20 ¹⁴

Foi apresentada pela *Rede Mulher de São Paulo*, entidade feminista. Tratava de alguns pontos relacionados à semântica (denominação homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras), além de outros assuntos, a saber: saúde da mulher, igualdade na sociedade conjugal, assistência médica e psicológica à mulher vítima de violência sexual, liberdade de planejamento familiar, direito de posse e de propriedade de terra para a mulher, defesa dos interesses individuais e da comunidade contrariados pela propaganda de violência ou atos que discriminam pessoas ou entidades. Todas as demandas dessa emenda foram incorporadas à proposta final pela bancada feminina.

3.4. Emenda nr. 23 ¹⁵

Esta foi a única emenda que não foi apresentada por uma associação feminista, mas pelo Sindicato dos Operários nos Serviços Portuários de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, pelo Sindicato dos Motoristas em Guindaste de Santos,

¹⁴ Em linguagem técnico-legislativa, esta emenda, constante dos anexos desta tese, estabelecia o seguinte: "1 - Inclua-se, onde couber, no inciso III, do Capítulo I, Título II (Dos Direitos e Liberdades Fundamentais), o seguinte dispositivo: Art. - Todos são iguais perante a lei. Homens e mulheres possuem a mesma dignidade pessoal e social, não podendo ser prejudicados, privilegiados ou tratados de forma discriminatória por ato de qualquer natureza, em razão da nacionalidade, raça, cor, sexo, religião, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental, idade, grau de instrução, atividade profissional, estado civil, classe social e condições de nascimento"; 2 - Inclua-se, onde couber, no Capítulo II, do Título II (Dos Direitos e Liberdades Fundamentais), os seguintes dispositivos: Art. - São direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras: I - proibição de diferença de salário e de critérios de admissões por motivo de sexo, cor ou estado civil. II - descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário; 3 - Acrescente-se, onde couber, na Seção I, do Capítulo II, Título IX (Da Ordem Social), o seguinte artigo: Art. - Ao Sistema nacional de Saúde Pública compete formular, executar e controlar a prestação de serviços de saúde em todo o território nacional, e em especial, a prestação de assistência integral e gratuita à mulher nas diferentes fases de sua vida; 4. Inclua-se, onde couber, no Capítulo VII (Da Família, do Menor e do Idoso), Título IX, os seguintes dispositivos: Art. - A família, constituída de direito ou de fato, tem direito à proteção do Estado, que é obrigado a adotar todas as medidas que permitam a realização pessoa de seus membros. Art. - É assegurada pela lei a plena igualdade de direitos e deveres dos cônjuges, no que diz respeito à sociedade conjugal, ao pátrio poder, ao registro de filhos, à fixação do domicílio da família e à titularidade e administração dos bens do casal. Art. - O Estado reconhece à maternidade e à paternidade função social, garantindo aos pais os meios necessários à alimentação, saúde, segurança e educação dos filhos. Art. - É assegurada a assistência médica e psicológica à mulher vítima de violência sexual; 5. Acrescente-se, onde couber, na Seção I, do Capítulo II, Título IX (Da Ordem Social), o seguinte: Art. - É assegurada a todos a liberdade de determinar livremente o número de filhos, sem interferência do poder público ou de entidades privadas. É também assegurado, sob controle do Estado, o acesso a ampla informação sobre o uso e os efeitos de métodos contraceptivos; 6. Inclua-se, onde couber, no Capítulo II (Da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária), Título VIII, o seguinte dispositivo: Art. - É garantido a homens e mulheres o direito individual da posse e da propriedade da terra, qualificada como bem necessário à manutenção de uma vida digna para o indivíduo e os familiares que dele dependem; 7 Acrescente-se, onde couber, no Capítulo I (Dos Direitos Individuais), Título II, o seguinte: Art. - O Estado assegura a defesa dos interesses individuais e da comunidade, contrariados pela propaganda da violência ou de atos que discriminem pessoas ou entidades." (apud SILVA, 2011, p. 251-252)

¹⁵ Inclui, onde couber, na Seção II (Da Previdência Social), do Capítulo II (Da Seguridade Social), do Título II (Da Ordem Social), o seguinte dispositivo: Art. - É assegurada aposentadoria integral para a mulher após 25 (vinte e cinco) anos de contribuição para a Previdência Social. (apud SILVA, 2011, p. 255).

Sindicatos dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos e apoiada pelos constituintes Del Bosco Amaral, Rita Camata e Siqueira Campos. Tratava da aposentadoria da mulher trabalhadora. Esta emenda é um exemplo de como as entidades se uniram em prol de objetivos comuns para conseguir levar adiante determinadas propostas. Ainda que não apresentada por entidades feministas ou outras organizações de mulheres, contou com o apoio da bancada feminina.

3.5. Emenda nr. 65¹⁶

Apresentada pelo *Coletivo Feminista e Saúde, União de Mulheres de São Paulo e Grupo Saúde Nós Mulheres (RJ)* e apoiada por mais 19 entidades, tratava da legalização do aborto, porém não teve repercussão na ANC. Esta emenda foi um ponto de conflito entre o movimento de mulheres e o movimento feminista, uma vez que, para muitas, tal proposta ia de encontro a suas convicções religiosas.

O projeto da participação popular no processo da redemocratização ganhou corpo com a utilização das emendas populares enquanto instrumento de compilação das demandas dos movimentos e sua apresentação aos legisladores. Em especial, a atuação dos movimentos de mulheres pode ser viabilizada, também, pela possibilidade de acionamento dessa ferramenta de pressão do Estado para garantia de seus direitos.

A consciência de gênero cumpriu um papel imprescindível nesse contexto, na medida em que promoveu a constituição das mulheres enquanto sujeitos políticos. As mulheres, a partir de suas relações com os outros atores sociais, com os obstáculos enfrentados e com as divergências decorrentes da própria heterogeneidade de sua categoria, atuaram de forma decisiva para o redesenho da sua condição social.

¹⁶ Inclua, onde couber, na Seção I (Da Saúde), do Capítulo II (Da Seguridade Social), do Título IX (Da Ordem Social), os seguintes dispositivos: Art. - Compete ao Poder Público prestar assistência integral à saúde da mulher, nas diferentes fases de sua vida, garantir a homens e mulheres o direito de determinar livremente o número de filhos, sendo vedada a adoção de qualquer prática coercitiva pelo Poder Público e por entidades privadas, assegurar acesso à educação, informação e aos métodos adequados à regulamentação de fertilidade, respeitadas as opções individuais. Art. - A mulher tem o direito de conceber, evitar a concepção ou interromper a gravidez indesejada, até 90 (noventa) dias de seu início. § 1º – Compete ao Estado garantir este direito através da prestação de assistência integral às mulheres na rede de saúde pública. § 2º – Serão respeitadas as convicções éticas, religiosas individuais. (apud SILVA, 2011, p. 257).

Do ponto de vista histórico, o texto das emendas assume o papel de retratar as lacunas existentes nos direitos das mulheres na segunda metade do século XX. Ao analisarmos os temas preteridos na construção da proposta final, as emendas demonstram, ainda, a condição de desigualdade social acentuada em decorrência das intersecções entre gênero, raça, classe social ou orientação religiosa.

Para melhor percepção deste argumento, analisemos a proposta de aposentadoria das donas de casa. A partir da falta de apoio das feministas, esta emenda trouxe à tona divergências em relação ao tema. As militantes das entidades proponentes entendiam que esse direito colaboraria com a autonomia das mulheres que se encontravam fora dos espaços formais de trabalho. As feministas, por sua vez, avaliavam que assegurar a aposentadoria para as donas de casa se configuraria como um entrave à sua emancipação.

Outro exemplo diz respeito a divergências decorrentes de orientação religiosa, que impactaram decisivamente a decisão de quais emendas viriam a ser incorporadas pela bancada feminina. Trata-se da questão da regulamentação do aborto. Apesar do expressivo apoio de inúmeras entidades, não constou da proposta final, uma vez que se configurava como ponto de conflito entre as militantes.

A despeito disso, as emendas contribuíram sobremaneira para dar visibilidade às demandas das mulheres. A partir da consciência de gênero, viabilizaram a identidade coletiva de um grupamento que, ao perceber-se alijado de direitos, se viu unido em prol de um objetivo comum, ou seja, a conquista da cidadania plena. As emendas foram, ainda, a materialização da democracia participativa pela sociedade civil e a concretização da ideologia da participação política na reconstrução das estruturas democráticas.

Vale destacar também que as emendas se configuraram como a possibilidade de interferência direta dos movimentos sociais no processo constituinte a partir da interação que se criou entre os constituintes e a sociedade civil. Além disso, agregaram atores e organizações com interesses diversos a partir de temáticas apresentadas conjuntamente.

Por fim, a natureza dos assuntos trazidos pelas mulheres valida o entendimento construído pelos teóricos dos Novos Movimentos Sociais. A dimensão pública adquirida pelos conflitos relacionados à família, à violência doméstica e ao aborto demonstra o quanto as distinções entre o público e o privado deixaram de

estar marcadamente destacadas para se imbricarem e comporem a pauta dos assuntos sob a responsabilidade do Estado.

CONCLUSÃO

A cidadania das mulheres brasileiras alçou conquistas importantes no processo de redemocratização que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Conhecida como a *Constituição Cidadã*, apresentou, de forma inédita, o preceito de igualdade jurídica independente do sexo, além de garantir direitos fundamentais à cidadania plena das mulheres.

Direitos como a licença gestante de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário, a proibição da diferença de remuneração, de exercício de funções ou critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil e o direito a título de domínio e concessão de uso de imóveis rurais, independente de sexo ou estado civil, são apenas algumas das conquistas relevantes que impactaram a condição social das mulheres.

Estas conquistas encontram-se no bojo de uma série de direitos garantidos aos cidadãos brasileiros por ocasião da promulgação da nova Constituição. Com o fim dos regimes militares no Brasil, a sociedade civil organizada promoveu expressiva mobilização em torno da necessidade de reavaliar estruturas políticas e normas jurídicas com vistas a concretizar o ideal de sociedade democrática em construção.

Do mesmo modo, vimos a mobilização de mulheres de vários segmentos sociais que, organizadas em associações de bairro ou organizações feministas, participaram de forma decisiva e inédita no processo de redemocratização do país, além de trazerem à tona questões vistas até então como restritas à esfera privada, tais como planejamento familiar, aborto e violência doméstica.

Dentre as ações promovidas pelos movimentos de mulheres, destacamos a elaboração de um documento, *A Carta das Mulheres Brasileiras à Assembleia Constituinte*, que almejava compilar todas as demandas das mulheres brasileiras aos parlamentares, com o objetivo de convertê-las em direitos garantidos pela Lei. Este documento foi o que, inicialmente, despertou minha atenção, pois me parecia que a sua análise poderia lançar luz sobre algumas questões.

De fato, com o auxílio da literatura produzida sobre o tema, da análise do texto da Carta e também das emendas populares que tratavam de questões

relacionadas às mulheres respondeu a algumas perguntas inicialmente propostas e outras tantas que surgiram no decorrer do trabalho, como destaco a seguir.

Uma das questões que me propus a debater referia-se à importância dos movimentos sociais na constituição das mulheres enquanto sujeitos políticos. A partir dos estudos realizados, verifiquei que isso se deu a partir da construção de uma identidade coletiva e que essa identidade, por sua vez, se configurava a partir do contexto das relações de gênero.

A pesquisa pode evidenciar, ainda, o paulatino empoderamento da categoria *mulheres* e também dos *indivíduos mulheres* que atuaram nos espaços eminentemente dominados pelos homens e pela cultura patriarcal. Estes ganhos ressaltaram a influência dos ideais feministas recém-chegados ao país, além de corroborar a importância de se levar em conta a categoria gênero nos estudos acadêmicos.

A heterogeneidade que marcou o grupo de mulheres participantes do processo da Constituinte foi um aspecto que se apresentou ao longo da pesquisa. Trata-se de um ponto importante, que mereceria um maior aprofundamento, dada a complexidade das questões suscitadas. As mulheres, apesar de conjuntamente articuladas em torno de um objetivo maior, que era a garantia de direitos, apresentavam divergências de opiniões, e esses dissensos vieram à tona. Especificidades tais como raça, classe ou orientação religiosa influenciaram a escolha dos temas que posteriormente comporiam a proposta enviada aos legisladores. Como resultado, demandas de determinados grupamentos, por exemplo, as donas de casa, sequer chegaram a constar da proposta, e persistiu como uma defasagem até meados dos anos 2000.

Além dos ganhos reais que a atuação do grupo de pressão – o “lobby do batom” – garantiu para a cidadania das mulheres, veio à tona também, ao longo do trabalho, que a própria emergência no debate político de questões usualmente desconsideradas como de ordem da esfera pública, já constituiu, por si só, um ganho simbólico, na medida em que lançou luz sobre as lacunas existentes na cidadania das mulheres.

Estas lacunas, entretanto, ainda persistem. Embora tenhamos obtido ganhos expressivos, alguns direitos ainda carecem de efetiva implementação. Os índices de violência contra as mulheres continuam alarmantes, ganhamos menores salários,

somos a maior parte da população pobre. A autonomia sobre o nosso próprio corpo ainda é um assunto desconsiderado pelo Estado, assim como aspectos relacionados à sexualidade e à maternidade.

Diante disto, o conjunto de direitos das mulheres constantes da Constituição de 1988 merece estudo mais detalhado, a fim de podermos analisar o que efetivamente se conquistou, em termos de cidadania, e o que ainda precisa constar da pauta dos movimentos. Há que se conferir, inclusive, a necessidade de reavaliação das estratégias de pressão ao Estado, tendo em vista as mudanças ocorridas nos últimos anos na sociedade.

Algumas questões com as quais nos deparamos me parecem, a princípio, superadas, como a disputa *institucionalizadas versus autonomistas*. Entretanto, dela podem emergir aspectos interessantes para a análise do papel do Estado na garantia dos direitos de cidadania e, por sua vez, o papel dos movimentos sociais enquanto espaço de pressão, de porta-vozes da comunidade e dos grupos. Este debate lança luz, ainda, sobre a importância da participação das mulheres nas esferas formais de poder, tanto como a concretização de um direito, quanto como a oportunidade de exercer influência direta nas estruturas políticas.

O resgate histórico luta das mulheres em prol dos seus direitos alerta para o caráter gradual e dinâmico da construção da cidadania e, sobretudo, para o papel ativo da sociedade civil em todo o processo. Todo o debate sobre a cidadania e suas mais diversas nuances apresentado ao longo do curso serviu de esteio para a reflexão acerca das questões que se apresentaram nesse estudo.

Diante do exposto, confirmamos que, na medida em que é construída a percepção de identidade coletiva, criam-se condições de emergência de sujeitos políticos em grupos historicamente discriminados e excluídos da participação política. Esta, por sua vez, seja nas esferas formais de poder, seja nos movimentos sociais, em uma sociedade que encontra meios de exercer pressão por meio de instrumentos de participação popular, é decisiva para o delineamento da cidadania de segmentos marginalizados da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67313619003>>. Acesso em: 28 set.2014.

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** Rio de Janeiro, Forense, 2003, p. 8-90; 219-303.

AVILA, Maria Betânia. **Feminismo e sujeito político.** Disponível em <http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/artigo.aspx?id=25>. Acesso em 15 nov.2014.

BARRETO, Raquel de Andrade. Aquela “neguinha” atrevida: Lélia Gonzalez e o movimento negro brasileiro. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964 - ...).** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

BRANDÃO, Lucas Coelho. **Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988: entre a política institucional e a participação popular.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** Estud. av. [online]. 2003, vol.17, n.49. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300008&script=sci_arttext. Acesso em: 15 nov. 2014.

COSTA, Ana Alice Alcântara Costa. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política.** Disponível em <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm>. Acesso em: 15 nov.2014

COSTA, Sueli Gomes da. Culturas Políticas e Sensibilidades: pedagogias feministas. In: SOIHET, Raquel (org.). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

CORTES, IARIS. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo, Contexto, 2013.

GOHN, Maria da Gloria e BRINGEL, Breno M. (org.). **Movimentos Sociais na Era Global.** Petrópolis, Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Gloria. **Mulheres - atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1255>>. Acesso em 03.nov.2013.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** São Paulo, Revista Lua Nova, n.º 17, 1989.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas** PINSKY, Jaime. **História da Cidadania**. São Paulo, Contexto, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964 - ...)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2013.

PINTO, Regina Céli. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Perseu Abramo, 2003.

PRIORI, Mary Del. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

SILVA, Salete Maria. **A Carta que elas escreveram**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2012.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2011.

TEIXEIRA, Ricardino. **A ação coletiva em Alberto Melucci**. Disponível em <http://www.didinho.org/ArtigoMelucci.pdf> Acesso em: 23 set. 2010.
sociedades complexas. Petrópolis, Vozes, 2011.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 12, n. 2, Aug. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003. Acesso em: 15 nov. 2014.

ANEXO A – Carta das Mulheres Brasileiras à Assembleia Constituinte

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em novembro de 1985, lançou a Campanha MULHER E CONSTITUINTE. Desde então, o CNDM percorreu o país, ouviu as mulheres brasileiras e ampliou os canais de comunicação entre o movimento social e os mecanismos de decisão política, buscando fontes de inspiração para a nova legalidade que se quer agora. Nessa campanha, uma certeza consolidou-se: CONSTITUINTE PRÁ VALER TEM QUE TER PALAVRA DE MULHER. Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz, e à vez na vida pública, mas implica ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar; o direito à educação, à saúde, à vivência familiar sem traumas. O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não-autoritária. Nós, mulheres, estamos conscientes que esse país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembleias e palácios. Nesse importante momento, em que toda a sociedade se mobiliza para uma reconstituição de seus ordenamentos, gostaríamos de lembrar, para que não se repita o que mulheres já disseram no passado: " Se não for dada a devida atenção às mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião, e não nos sentiremos obrigadas a cumprir as leis para as quais não tivemos voz nem representação"(Abigail Adams, 1776). Hoje, dois séculos após estas palavras, no momento em que a sociedade brasileira se volta para a elaboração de uma nova Constituição, nós mulheres, maioria ainda discriminada, exigimos tratamento especial à causa que defendemos. Confiamos que os constituintes brasileiros, mulheres e homens, sobre os quais pesa a grande responsabilidade de refletir as aspirações de um povo sofrido e ansioso por melhores condições de vida, incorporem as propostas desta histórica campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Eis o que nós, mulheres, reunidas em Encontro Nacional, no dia 26 de agosto de 1986, queremos:

I - Princípios Gerais

Para a efetivação dos princípios de igualdade é fundamental que a futura Constituição Brasileira:

1. Estabeleça preceito que revogue automaticamente todas as disposições legais que impliquem em classificações discriminatórias;
2. Determine que a afronta ao princípio da igualdade constituirá crime inafiançável;
3. Acate, sem reservas, as convenções e tratados internacionais de que o país é signatário, no que diz respeito à eliminação de todas as formas de discriminação;
4. Reconheça a titularidade do direito de ação aos movimentos sociais organizados, sindicatos, associações e entidades da sociedade civil, na defesa dos interesses coletivos. Leis complementares e demais normas deverão garantir a aplicabilidade desse princípio.

Esta carta, conforme relatório do CNDM, teve como responsáveis pela sua redação final as seguintes feministas brasileiras: Jaqueline Pitanguy, Floriza Verucci, Branca Moreira Alves, Leila Linhares, Sílvia Pimentel, Comba Marques Porto, Nair Guedes e Ana Montenegro.

II - Reivindicações Específicas

Família. A nova Constituição deverá inspirar diversas mudanças na legislação civil, estabelecendo:

1. A plena igualdade entre os cônjuges no que diz respeito aos direitos e deveres quanto à direção da sociedade conjugal, à administração dos bens do casal, à responsabilidade em relação aos filhos, à fixação do domicílio da família, ao pátrio poder.
2. A plena igualdade entre o casal no que concerne ao registro de filhos.
3. A plena igualdade entre os filhos, não importando o vínculo matrimonial existente entre os pais
4. A proteção da família, seja ela instituída civil ou naturalmente.
5. Acesso da mulher rural à titularidade de terras em planos de Reforma Agrária, qualquer que seja seu estado civil.
6. A maternidade e a paternidade constituem valores sociais fundamentais, devendo o Estado assegurar os mecanismos do seu desempenho.
7. A lei coibirá a violência na constância das relações familiares, bem como o abandono dos filhos menores.

Trabalho

A legislação trabalhista, usando por base o princípio constitucional de isonomia, deve garantir:

1. Salário igual para trabalho igual;
2. Igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional;
3. Extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários, de forma plena, às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais;
4. Igualdade de tratamento previdenciário entre homens e mulheres, devendo ser princípio orientador da legislação trabalhista a proteção à maternidade e ao aleitamento através de medidas como: à garantia do direito à mulher gestante; extensão do direito à creche no local do trabalho e moradia para as crianças de 0 a 6 anos, filhos de mulheres e homens trabalhadores;
5. Estabilidade para a mulher gestante;
6. Licença ao pai nos períodos natal e pós-natal;
7. Licença especial às pessoas no momento da adoção, sem prejuízo do emprego e do salário, independentemente da idade do adotado;
8. Proteção à velhice com integralidade salarial em casos de aposentadoria ou pensão por morte;
9. Eliminação do limite de idade para prestação de concursos públicos;
10. Direito do marido ou companheiro a usufruir dos benefícios previdenciários decorrentes da contribuição da esposa ou companheira;
11. Extensão dos direitos previdenciários dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais, homens e mulheres;
12. Direito de aposentadoria especial aos trabalhadores rurais: 50 anos de idade para as mulheres e 55 anos para os homens, bem como aposentadoria por tempo de serviço aos 25 anos para as mulheres e 30 anos para os homens, com salário integral;

13. Direito de sindicalização para os funcionários públicos;

14. Salário-família compatível com a realidade, extensivo aos menores de 18 anos.

Saúde

1. O princípio 'a saúde é um direito de todos e dever do Estado' na especificidade 'mulher', deve garantir que as ações de saúde prestadas à população sejam entendidas como atos de co-participação entre todos e o Estado, envolvendo direitos e deveres de ambos.

1.1 Criação de um Sistema Único de Saúde constituído a partir de uma nova política nacional de saúde e implementado por serviços públicos de saúde coletiva e assistência médica integrados; submetendo-se os serviços privados às diretrizes e controle do Estado.

1.2 O Sistema Único de Saúde deve ser gerido e fiscalizado pela população organizada que, através de Conselhos Comunitários, deverá participar das decisões sobre Programas e Financiamentos.

2. Garantia de assistência integral à Saúde da Mulher em todas as fases de sua vida, independentemente de sua condição biológica de procriadora, através de programas governamentais discutidos, implementados e controlados com a participação das mulheres.

3. Proibição de toda e qualquer experimentação com mulheres e homens, de substâncias, drogas, meios anticoncepcionais, que atentem contra a saúde e não sejam de pleno conhecimento dos usuários nem fiscalizados pelo poder público e a população.

3.1 Fiscalização da produção, venda, distribuição e comercialização de meios químicos e hormonais de contracepção, proibindo a comercialização de drogas em fase de experimentação, por empresas nacionais ou multinacionais.

4. Garantia a todos os cidadãos, homens e mulheres, contribuintes ou sujeitos de direito, da igualdade de tratamento em todas as ações da Previdência Social.

5. Será vedado ao Estado e a entidades nacionais e estrangeiras toda e qualquer ação impositiva que interfira no exercício da sexualidade. Da mesma forma, será vedado ao Estado e a entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, promover o controle da natalidade.

6. Será garantido à mulher o direito de conhecer e decidir sobre o seu próprio corpo.

7. Será garantido à mulher o direito de amamentar seus filhos ao seio.

8. O Estado reconhecerá à maternidade e à paternidade relevante função social, garantindo aos pais os meios necessários à educação, creche, saúde, alimentação e segurança de seus filhos.

9. Garantia de livre opção pela maternidade, compreendendo-se tanto a assistência ao pré-natal, parto e pós-parto, como o direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher.

10. É dever do Estado oferecer condições de acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais, usando metodologia educativa para esclarecer os resultados, indicações, contra-indicações, vantagens e desvantagens, alargando a possibilidade de escolha adequada à individualidade de cada mulher e ao momento específico de sua história de vida.

Educação e Cultura

1. A educação, direito de todos e dever do Estado, visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, dentro dos ideais de defesa da democracia, do aprimoramento dos direitos humanos, da liberdade e da convivência solidária.

1.1 A educação dará ênfase à igualdade dos sexos, à luta contra o racismo e todas as formas de discriminação, afirmando as características multiculturais do povo brasileiro.

1.2 O ensino da história da África e da cultura afro-brasileira deverá ser obrigatório desde a educação básica.

2. A educação é prioridade nacional e cabe ao Estado responsabilizar-se para que seja universal, pública, gratuita, em todos os níveis e períodos, desde o primeiro ano da criança.

2.1 É dever do Estado combater o analfabetismo.

3. Os recursos públicos deverão destinar-se exclusivamente à escola pública objetivando a qualidade do ensino, sua expansão e manutenção.

3.1 Cabe ao Estado atenção especial à formação dos agentes da educação e às condições em que exercem o seu trabalho, visando a qualidade do ensino.

4. O Estado deverá dar atenção especial aos alunos portadores de deficiências físicas ou mentais.

5. Caberá ao Estado garantir o acesso da mulher, rural e urbana, a cursos de formação, reciclagem e atualização profissional.

6. É dever do Estado zelar para que a educação e os meios de comunicação estejam a serviço de uma cultura igualitária.

6.1 O Estado garantirá perante a sociedade a imagem social da mulher, como trabalhadora, mãe e cidadã responsável pelos destinos da nação, em igualdade de condições com o homem, independentemente da origem étnico-racial.

7. O Estado assegurará a liberdade de pensamento e expressão; a liberdade de produção, distribuição e divulgação do produto cultural pelos meios de comunicação social, desde que não veiculem preconceitos e estereótipos discriminatórios.

8. Deverão ser incorporados aos estudos e estatísticas oficiais dados relativos a sexo, raça e cor.

Violência

1. Criminalização de quaisquer atos que envolvam agressões físicas, psicológicas ou sexuais à mulher, fora e dentro do lar.

2. Consideração do crime sexual como "crime contra a pessoa" e não como "crime contra os costumes", independentemente de sexo, orientação sexual, raça, idade, credo religioso, ocupação, condição física ou mental ou convicção política.

3. Considerar como estupro qualquer ato ou relação sexual forçada, independente do relacionamento do agressor com a vítima, de ser essa última virgem ou não, ou do local em que ocorra.

4. A lei não dará tratamento nem preverá penalidade diferenciados aos crimes de estupro e atentado violento ao pudor.

5. Será eliminada da lei a expressão "mulher honesta".

6. Será garantida pelo Estado a assistência médica, jurídica, social e psicológica a todas as vítimas de violência.

7. Será punido o explorador ou a exploradora sexual da mulher e todo aquele que a induzir à prostituição.

8. Será retirado da lei o crime de adultério.

9. Será responsabilidade do Estado a criação e manutenção de albergues para mulheres ameaçadas de morte, bem como o auxílio à sua subsistência e de seus filhos.
10. A comprovação de conjunção carnal em caso de estupro poderá se realizar mediante laudo emitido por qualquer médico da rede pública ou privada.
11. A mulher terá plena autonomia para registrar queixas, independentemente da autorização do marido.
12. Criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher em todos os municípios do país, mesmo naqueles nos quais não se disponha de uma delegada mulher.

Questões nacionais e internacionais

1. Garantia de integração, ao texto constitucional, dos Tratados e Convenções internacionais dos quais o Brasil é subscritor, que consagrem os direitos fundamentais, humanos e sociais, entre os quais os que proíbem tratamento discriminatório, com exigibilidade do seu cumprimento.
2. Reforma agrária com a distribuição de terras aos que nela trabalham, com a garantia de assistência técnica e crédito necessários.
3. Soberania na negociação da dívida externa, resguardando os interesses nacionais e do povo brasileiro.
4. Reforma tributária de forma a beneficiar os municípios.
5. Liberdade e autonomia sindicais.
6. Direito de greve extensivo a todas as categorias profissionais.
7. Política responsável de proteção ao meio ambiente.
8. Política de desenvolvimento tecnológico com a preservação do meio ambiente e da soberania nacional
9. Definição de uma política que mantenha a integridade das populações indígenas, impedindo o genocídio a que vêm sendo submetidas.
10. Democratização do Estado e das instituições, mediante revogação da Lei de Segurança Nacional e de toda a legislação repressiva.
11. Acesso às fichas de informação individual mantidas pelos órgãos de informação do governo.
12. Paz nas relações internacionais, apoio às manifestações contra a corrida armamentista e impedimento à experimentação nuclear no Brasil.
13. Política externa baseada no princípio de atuo-determinação dos povos e de não-ingêrencia, vedada qualquer participação em agressões externas, salvo para a defesa do território nacional.
14. Respeito ao princípio de independência entre os três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, buscando-se o princípio de que todo o poder emana do povo.
15. Política de não-relacionamento de qualquer espécie com países que praticam o preconceito racial. (Fonte: Acervo CNDM/Arquivo Nacional apud SILVA, 2012)

ANEXO B – A proposta

Incluem-se, para integrar o Projeto de Constituição, os seguintes dispositivos:

DOS DIREITOS E GARANTIAS

Art. – Homens e mulheres têm iguais direitos ao pleno exercício da cidadania nos termos desta Constituição, cabendo ao Estado garantir sua eficácia, formal e materialmente.

Parágrafo único: ficam liminarmente revogados os dispositivos que contenham qualquer discriminação relativa a sexo ou a estado civil.

Art. – Todos são iguais perante a lei que punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos.

§ 1º - Ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental e qualquer particularidade ou condição.

§ 2º - O poder público, mediante programas específicos, promoverá a igualdade social, política, econômica e educacional.

Art. – Os presos têm direito à dignidade e à integridade física e mental, à assistência espiritual e jurídica, à sociabilidade, à comunicabilidade, e ao trabalho produtivo e remunerado, na forma da lei.

§1º - Serão iguais os benefícios concedidos aos presos do sexo masculino e do sexo feminino.

§2º - É dever do Estado manter condições apropriadas nos estabelecimentos penais, para que as presidiárias permaneçam com seus filhos, pelo menos durante o período de amamentação.

DA ORDEM ECONÔMICA

Art. – Considera-se atividade econômica atípica aquela realizada no recesso do lar.

DA ORDEM SOCIAL

Art. – A ordem social tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios:

I – Função social da maternidade e da paternidade como valores sociais fundamentais, devendo o Estado assegurar os mecanismos de seu desempenho;

II – Igualdade de direitos entre o trabalhador urbano e rural.

DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Art. – As normas de proteção aos trabalhadores obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria de seus benefícios:

I – Proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho e de critério de admissão, promoção e dispensa por motivo de raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade, idade, estado civil, origem, deficiência física ou condição social;

II – Garantia de manutenção, pelas empresas, de creches para os filhos de seus empregados até um ano de idade, instaladas próximas ao local de trabalho ou de moradia;

III – Não incidência da prescrição no curso do contrato;

IV – Descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, com garantia de estabilidade no emprego, desde o início da gravidez até sessenta dias após o parto;

V - Inserção na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros ou no faturamento, segundo critérios objetivos fixados em lei, com representação dos trabalhadores na direção e constituição de comissões internas, mediante voto livre e secreto, com a assistência do respectivo sindicato;

VI – Garantia e segurança no emprego, proibidas as despedidas sem justo motivo.

DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. – Todos têm direito à seguridade social;

Art. – É dever do Estado organizar, coordenar e manter um sistema de seguridade social destinado a assegurar o acesso:

I – à proteção à maternidade e às gestantes;

II – à aposentadoria às donas de casa;

Art. – Os trabalhadores rurais e domésticos terão assegurados todos os direitos previdenciários.

Art. – É assegurada a assistência médica e psicológica à mulher vítima de violências sexuais, cabendo à rede hospitalar pública a responsabilidade por tais serviços.

DA SAÚDE

Art. – É assegurado a todos o direito à saúde, cabendo ao Estado promovê-la, garantindo condições básicas de saneamento, habitação e meio ambiente.

Art. – Compete ao Estado:

I – prestar assistência integral e gratuita à saúde da mulher, nas diferentes fases de sua vida;

II – garantir a homens e mulheres o direito de determinar livremente o número de filhos, sendo vedada a adoção de qualquer prática coercitiva em contrário pelo poder público e por entidades privadas;

III- assegurar o acesso à educação, à informação e aos métodos adequados à regulação da fertilidade, respeitadas as convicções éticas e religiosas individuais;

IV – fiscalizar e controlar as pesquisas e experimentações desenvolvidas no ser humano;

DA FAMÍLIA

Art. A família, instituída civil ou naturalmente, tem direito à proteção do Estado e à efetivação de condições que permitam a realização pessoal de seus membros.

Parágrafo único – O Estado assegurará assistência à família e criará mecanismos para coibir a violência na constância das relações familiares.

Art. – O homem e a mulher têm plena igualdade de direitos e de deveres no que diz respeito à sociedade conjugal, ao pátrio poder, ao registro de filhos, à fixação do domicílio de família e à titularidade e administração dos bens do casal.

§1º - Os filhos nascidos dentro ou fora do casamento terão iguais direitos e qualificações.

§ 2º - O homem e a mulher têm direito de declarar a paternidade e a maternidade de seus filhos, assegurado a ambos o direito de contestação;

§ 3º - A lei assegurará a investigação de paternidade de menores, mediante a ação civil privada ou pública, condicionada à representação.

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Art. – A educação, direito de todos e dever do Estado, visa o pleno desenvolvimento da pessoa dentro dos ideais da defesa da democracia, do aprimoramento dos direitos humanos, da liberdade e da convivência solidária a serviço de uma sociedade justa e livre.

Parágrafo único – É responsabilidade do Estado assegurar a educação universal, pública e gratuita para todos os níveis.

Art. A educação obedecerá aos seguintes princípios:

- I – igualdade entre o homem e a mulher;
- II – repúdio a qualquer forma de racismo e discriminação;
- III – respeito à natureza e aos valores do trabalho;
- IV – imperativos e prioridade do desenvolvimento nacional;
- V – convivência pacífica entre os povos;
- VI – pluralismo cultural do povo brasileiro.

DAS TUTELAS ESPECIAIS

Art.- É assegurada a assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes.

Art. – Incumbe ao Estado promover a criação de uma rede nacional de assistência materno-infantil e de uma rede nacional de creches.

Parágrafo único – As creches de que trata este artigo deverão abrigar crianças de 0 a 6 anos, sem prejuízo das obrigações atribuídas aos empregadores.

Art. Os menores, particularmente os órfãos e os abandonados, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal dos pais que os abandonarem, terão direito à proteção do Estado, com total amparo, alimentação, educação e saúde.

(apud SILVA, 2012)